

JSP HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 32.392.209/0001-34

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores acionistas: A JSP Holding S.A. em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras, bem como notas explicativas e parecer do auditor independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo (SP), em 08 de Junho de 2026

A Administração

1) AVISO: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. **2)** As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) <https://estadodori.estadao.com.br/publicacoes>.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 - Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	14.082	56.157	3.145.733	2.020.561	Fornecedores	14	409	303	7.380.900	7.220.479
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7	-	-	11.074.652	11.067.285	Floor plan	15	-	-	1.027.622	747.045
Instrumentos financeiros derivativos	5.3 (b) iii	-	173.889	147.067	1.207.495	Risco sacado a pagar	17	-	-	17.897	32.860
Contas a receber	8	-	-	7.802.749	6.279.565	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	40.962	-	9.205.685	6.994.155
Estoques	9	-	-	2.831.914	3.200.318	Instrumentos financeiros derivativos	5.3 (b) iii	-	196.524	1.020.516	1.756.903
Imóveis a comercializar	-	-	-	79.429	69.050	Arrendamentos a pagar a instituições financeiras	18	-	-	79.819	131.765
Ativo de frota disponibilizado para venda	10	-	-	1.337.663	1.575.614	Arrendamentos por direito de uso	19	-	-	383.176	446.771
Tributos a recuperar	-	-	-	532.929	472.722	Cessão de direitos creditórios	20	-	-	2.047.127	1.367.847
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	23.3	-	-	1.135.416	942.176	Obrigações a pagar por aquisição de empresas	-	-	-	384.919	391.004
Dividendos a receber	24.1	9.681	7.286	435	163	Compra de ações de controlada a termo	21	-	-	166.931	85.563
Partes relacionadas	24.1	528	528	180	180	Obrigações sociais e trabalhistas	-	273	482	869.905	751.631
Outros créditos	-	1.444	815	1.118.174	860.133	Imposto de renda e contribuição social a recolher	23.3	-	-	55.231	52.687
		25.735	238.675	29.206.341	27.695.262	Tributos a recolher	-	558	2.671	685.398	560.615
						Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	24.3	442	66.385	313.149	242.209
						Partes relacionadas	24.3	16.701	50.989	274	91
						Outras contas a pagar	-	-	-	685.090	621.632
								59.345	317.354	24.323.639	21.403.257
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	200.000	177.859	47.981.789	48.515.910
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7	-	-	2.990.993	187.241	Instrumentos financeiros derivativos	5.3 (b) iii	-	-	1.602.422	2.035.132
Instrumentos financeiros derivativos	5.3 (b) iii	-	-	594.440	2.244.453	Arrendamentos a pagar a instituições financeiras	18	-	-	11.252	92.114
Contas a receber	8	-	-	328.075	473.345	Arrendamentos por direito de uso	19	-	-	1.930.507	1.675.401
Tributos a recuperar	-	40.481	38.847	721.704	548.946	Cessão de direitos creditórios	20	-	-	1.257.104	548.699
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	23.3	-	-	289.541	198.069	Obrigações a pagar por aquisição de empresas	-	-	-	918.348	1.138.727
Depósitos judiciais	22.1	-	-	144.655	153.370	Compra de ações de controlada a termo	21	-	-	1.079.607	1.081.123
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.1	-	-	1.507.348	1.666.091	Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-	31.548	55.873
Partes relacionadas	24.1	13.665	16.438	114.451	130.299	Tributos a recolher	-	-	-	13.619	17.053
Ativo de indenização por combinação de negócios	22.3	-	-	381.873	519.956	Provisão para demandas judiciais e administrativas	22.2	-	-	541.289	674.087
Imóveis a comercializar	-	-	-	33.361	27.860	Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.1	-	-	1.963.435	1.645.972
Outros créditos	-	-	-	272.314	267.118	Outras contas a pagar	-	-	-	153.591	206.796
		54.146	55.285	7.378.755	6.416.748			200.000	177.859	57.484.511	57.686.887
Investimentos	11	3.037.350	1.985.840	48.603	45.623			259.345	495.212	81.808.150	79.090.144
Imobilizado	12	57	3	48.136.412	46.447.507						
Intangível	13	-	-	4.566.597	4.282.203						
		3.091.553	2.041.128	60.130.367	57.192.081						
Total do ativo		3.117.288	2.279.803	89.336.708	84.887.343						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, controladora e consolidado

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	28	-	-	43.633.067	41.220.362
Custo de venda, locação e prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	29	-	-	(32.225.094)	(30.592.940)
Lucro bruto				11.407.973	10.627.422
Despesas comerciais	29	(78)	(448)	(1.606.435)	(1.484.699)
Despesas administrativas	29	(8.437)	(17.072)	(2.310.515)	(2.072.043)
Provisão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	29	-	-	(311.877)	(360.893)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	(800)	63	1.004.216	8.069
Resultado de equivalência patrimonial	11.1	40.047	(28.451)	12.564	40.698
Lucro (prejuízo) antes das despesas e receitas financeiras				30.732 (45.908)	8.195.926
Receitas financeiras	30	11.086	11.029	2.130.155	1.662.769
Despesas financeiras	30	(26.300)	(33.138)	(10.055.756)	(7.979.658)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social das operações em continuidade				15.518 (68.017)	270.325
Imposto de renda e contribuição social - corrente	23.1	-	-	(138.374)	(127.031)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	23.1	-	-	83.048	(192.038)
Total do imposto de renda e da contribuição social				(55.326)	(319.069)
Lucro líquido das operações continuadas				-	214.999
Resultado das operações descontinuadas				-	(2.609)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício				15.518 (68.017)	212.390
Atribuído aos:					
Acionistas controladores		15.518	(68.017)	15.518	(68.017)
Acionistas não controladores		-	-	196.872	190.612
(=) Lucro básico (prejuízo) diluído por ação (em R\$)	31	0,05	(0,24)	-	-

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		15.518	(68.017)	212.390	122.596
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:					
Variações de hedge de fluxo de caixa nas controladas		970.880	(221.884)	2.173.439	(528.416)
Imposto de renda e contribuição social sobre variações de hedge de fluxo de caixa		(269.038)	53.652	(738.969)	179.661
Variações na conversão de operações no exterior reflexo de controladas		(3.447)	11.678	(11.451)	29.851
Variações não realizadas sobre instrumentos de títulos e valores mobiliários mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes em controladas		8.855	(5.289)	14.998	(39.977)
Total de outros resultados abrangentes		707.250	(161.843)	1.438.017	(358.881)
Resultado abrangente do exercício		722.768	(229.860)	1.650.407	(236.285)
Atribuído aos:					
Acionistas controladores		722.768	(229.860)	722.768	(229.860)
Acionistas não controladores		-	-	927.639	(6.426)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, controladora e consolidado

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		15.518	(68.017)	270.326	441.665
Ajuste para:					
Resultado de equivalência patrimonial		(40.047)	28.451	(12.564)	(8.069)
Depreciação, amortização e provisão para perda de valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)		8	316	4.887.264	4.016.946
Custo de venda de ativos desmobilizados		-	-	7.701.311	7.186.744
Resultado na venda de ativos imobilizados		-	-	-	(2.028)
Provisões para perdas, baixa de outros ativos e créditos extemporâneos de impostos		-	-	1.136.673	495.703
Ganho por compra vantajosa e combinação de negócios		-	-	-	(3.995)
Ganho na alienação de investimentos		-	-	(927.511)	-
Perdas (ganhos) com valor justo de instrumentos financeiros derivativos		(22.635)	(11.519)	2.766.563	(1.194.813)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos e risco sacado a pagar		-	-	(1.199.824)	2.244.280
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar, debêntures e risco sacado		34.508	39.881	6.740.135	5.710.624
Juros e despesas financeiras sobre outros passivos		-	-	1.055.056	783.873
		(12.648)	(10.888)	22.417.429	19.670.930
Contas a receber		-	-	(1.995.278)	(1.180.623)
Estoques		-	-	854.690	(283.152)
Imóveis a comercializar		-	-	(16.051)	(23.821)
Fornecedores e floor plan		106	(116)	457.151	1.017.758
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar		(3.957)	(7.727)	6.667	(1.115)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes		(626)	(116)	161.174	(775.883)
		(4.477)	(7.960)	(531.647)	(1.246.836)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(425.617)	(293.993)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar, debêntures e risco sacado		(35.024)	(13.363)	(6.477.119)	(5.377.295)
Juros pagos sobre compras de ações a termo		-	-	-	(47.923)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação		-	-	(13.017.289)	(14.859.243)
Resgates (investimento) em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		-	-	(2.811.119)	(1.475.465)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(52.149)	(32.210)	(845.362)	(3.629.825)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aporte de capital em controladas		(567)	-	(2.604)	(29)
Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível		(62)	-	(1.166.811)	(1.497.123)
Valor da venda de ativo imobilizado		-	-	-	6.503
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		44.985	42.227	-	5.212
Alienação de participação em controladas		-	-	769.384	-
Compra de ações a termo		-	-	-	-
Aquisições de empresas, líquido de caixa		-	-	-	(47.628)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento		44.356	42.227	(400.031)	(1.533.065)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures		238.000	-	14.491.596	15.624.562
Amortização empréstimos, financiamentos, arrendamentos, debêntures e risco sacado		(172.140)	(146.335)	(11.902.771)	(7.864.358)
Pagamento de instrumentos derivativos de hedge		-	-	(730.943)	(1.040.547)
Recuperação de ações para tesouraria		-	-	(203.194)	(99.687)
Aumento de capital		-	-	4.934	12.674
Pagamento de parcelamento de aquisição de empresas		-	-	(353.137)	(226.481)
Antecipação de recebíveis na alienação de investimentos		-	-	225.000	-
Repasso de cessão de direitos creditórios		-	-	(4.348.476)	(2.923.160)
Novas cessões de direitos creditórios		-	-	5.401.338	2.198.321
Transação compra ações termo sintético		-	-	-	22.638
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(66.385)</			

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONTROLADORA E CONSOLIDADO DA JSP HOLDING S.A.

Em 31 de dezembro de 2025 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Pais-sede	Segmento	31/12/2025	31/12/2024
Euro Import Motos Comércio de Motocicletas Ltda.	Brasil	Automob	42,36	42,33
Euro Import Comércio e Serviços Ltda.	Brasil	Automob	42,36	42,33
UAB Motors Participações Ltda.	Brasil	Automob	42,36	42,33
United Auto São Paulo Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	Automob	42,36	42,33
AR- Veículos e Participações Ltda.	Brasil	Automob	42,36	42,33
UAQ Publicidade e Propaganda Ltda.	Brasil	Automob	42,36	42,33
United Auto Participações Ltda.	Brasil	Automob	42,36	42,33
Acanthos Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Brasil	Automob	42,36	42,33
AR Centro-Oeste Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	Automob	42,36	42,33
AR Sudeste Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	Automob	42,36	42,33
Uabmotors Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	Automob	42,36	42,33
Sceptrum Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Brasil	Automob	42,36	42,33
United Auto Interlagos Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	Automob	42,36	42,33
Green Ville Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	Automob	42,36	42,33
Original New Pacific Motors Comércio de Veículos S.A.	Brasil	Automob	42,36	42,33
Original New England Comércio de Motocicletas S.A.	Brasil	Automob	42,36	42,33
Original Milwaukee Comércio de Motocicletas S.A.	Brasil	Automob	42,36	42,33
Original Tokyo Comércio de Veículos S.A.	Brasil	Automob	42,36	42,33
Original Hamburgo Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	Automob	42,36	42,33
Original Yoko Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	Automob	42,36	42,33
Original Empreendimentos Imobiliários S.A.	Brasil	Automob	42,36	42,33
Original Xian Comércio de Veículos Ltda. ("Original Xian")	Brasil	Automob	42,36	42,33
Original New Xangai Com. de Veículos, Peças e Serviços S.A. ("Original New Xangai")	Brasil	Automob	42,36	42,33
Original Nacional Comércio de Veículos Seminovos Ltda.	Brasil	Automob	42,36	42,33
Original Comércio de Veículos Seminovos S.A.	Brasil	Automob	42,36	42,33
Sonnervig Automóveis Ltda.	Brasil	Automob	42,36	42,33
H Point Comercial Limitada	Brasil	Automob	42,36	42,33
R Point Comercial de Automóveis Ltda.	Brasil	Automob	42,36	42,33
J. Dip - Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Brasil	Automob	42,36	42,33
Vamos Comércio de Veículos e Máquinas Seminovos Ltda.	Brasil	Automob	42,36	42,33
BBC Holding Financeira Ltda. ("BBC Holding")	Brasil	BBC	59,04	59,00
BBC Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	BBC	59,04	59,00
Banco Brasileiro Crédito S.A. ("BBC Bancos")	Brasil	BBC	59,04	59,00
BBC Pagamentos Ltda. ("BBC Pagamentos")	Brasil	BBC	59,04	59,00
Madre Corretora e Administradora de Seguros Ltda. ("Madre Corretora")	Brasil	Holding e demais	59,04	59,00
Original Locadora de Veículo Ltda.	Brasil	Holding e demais	59,04	59,00
Avante Seminovos Ltda.	Brasil	Holding e demais	59,04	59,00
Simpair Europe.(nova denominação da JSL Europe)	Luxemburgo	Holding e demais	59,04	59,00
Simpair Finance S.A.r. ("Simpair Finance", nova denominação da JSL Finance)	Luxemburgo	Holding e demais	59,04	59,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Simpar ("FIDC Simpar") (iii)	Brasil	Holding e demais	59,04	59,00
BSIM Participações e Holding Ltda. (ii)	Brasil	Holding e demais	56,67	56,67
ASIM Participações e Holding Ltda. (empresa dormente)	Brasil	Holding e demais	59,04	59,04
CSIM Participações e Holding Ltda. (empresa dormente)	Brasil	Holding e demais	59,04	59,04
DSIM Participações e Holding Ltda. (empresa dormente)	Brasil	Holding e demais	59,04	59,04
GSIM Participações e Holding Ltda. (empresa dormente)	Brasil	Holding e demais	59,04	59,04
HSIM Participações e Holding Ltda. (empresa dormente)	Brasil	Holding e demais	59,04	59,04
NSIM Participações e Holding Ltda. (empresa dormente)	Brasil	Holding e demais	59,04	59,04

(i) Empresas constituídas durante o exercício de 2025; (ii) Em 9 de setembro de 2025 a Simpar S.A. e suas controladas realizaram integralização de capital na BSIM Participações e Holding Ltda. A operação foi detalhada na nota explicativa 25.5; (iii) O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Simpar (FIDC Simpar) foi liquidado durante o mês de agosto de 2025; (iv) As empresas foram alienadas em 8 de dezembro de 2025, conforme detalhado na nota explicativa 1.1.5. Relação de participações em entidades controladas e coligadas indiretas, incorporadas no exercício de 2025:

	Pais-sede	Segmento	31/12/2024
Truckpad Meio de Pagamentos Ltda.	Brasil	JSL	38,88
Nova Quality Veículos Ltda.	Brasil	Automob	42,33
Original Distribuidora de Peças e Acessórios Ltda. (Original Distribuidora)	Brasil	Automob	42,33
Original Américas Comércio de Veículos S.A. (Original Américas)	Brasil	Automob	42,33
Original Germania Comércio de Veículos S.A. (Original Germania)	Brasil	Automob	42,33
Original Pequim Comércio de Veículos S.A. (Original Pequim)	Brasil	Automob	42,33
Original Seoul Comércio de Veículos S.A. (Original Seoul)	Brasil	Automob	42,33
Original Nagano Comércio de Veículos S.A. (Original Nagano)	Brasil	Automob	42,33
Original Comércio de Motos S.A. (Original Motos)	Brasil	Automob	42,33
Original New Berlin Comércio de Veículos, Peças e Serviços S.A. (New Berlin)	Brasil	Automob	42,33
Original Ranger Comércio de Veículos S.A. (Original Ranger)	Brasil	Automob	42,33
Original Indiana Comércio de Veículos Peças e Serviços S.A. (Indiana)	Brasil	Automob	42,33
Original Suécia Comércio de Veículos S.A. (Original Suécia)	Brasil	Automob	42,33
Original Pacific Comércio de Veículos S.A. (Original Pacific)	Brasil	Automob	42,33
Autostar Comercial e Importadora S.A.	Brasil	Automob	42,33
British Star Comércio de Motocicletas S.A.	Brasil	Automob	42,33
Autostar Sweden Comercial e Importadora S.A.	Brasil	Automob	42,33
Autostar London Comercial e Importadora S.A.	Brasil	Automob	42,33
Original Munique Comércio de Motocicletas S.A.	Brasil	Automob	42,33
United Auto Aricanduva Comércio de Veículos Ltda.	Brasil	Automob	42,33
Ophiucus Participações Ltda.	Brasil	Automob	42,33
UAN Motors Participações Ltda.	Brasil	Automob	42,33
Auto Green Veículos Ltda.	Brasil	Automob	42,33
Asa Motors Com. Veic. Ltda.	Brasil	Automob	42,33
Alta Com. de Veículos Ltda.	Brasil	Automob	42,33
HBR Participações Ltda.	Brasil	Automob	42,33
Malupa Participações Ltda.	Brasil	Automob	42,33
HPF Intermediações de Negócios Ltda.	Brasil	Automob	42,33
GW Points Ltda.	Brasil	Automob	42,33
Super Points Agenciamento e Intermediação de Negócios Ltda.	Brasil	Automob	42,33
Simpair Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Simpair Empreendimentos)	Brasil	Holding e demais	57,35

1.3 Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade: O Grupo possui um processo com uma Política de Gerenciamento de Riscos, que contempla os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados, e mantém uma diretoria de controles internos, riscos e conformidade, responsável por liderar o processo de identificar, monitorar, mitigar e prevenir riscos estratégicos, operacionais, de imagem, de conformidade, socioambientais e de sustentabilidade. O Grupo possui uma Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação diante do cenário de mudanças climáticas e adota uma Matriz de Riscos Climáticos que considera impactos financeiros e a probabilidade de ocorrência de eventos relacionados ao clima, tanto riscos físicos crônicos - como as mudanças nos padrões de precipitação e a variabilidade climática - quanto riscos físicos agudos - que incluem eventos extremos como ciclones e inundações. Aliado a isso, as operações do grupo em suas atividades têm foco no desenvolvimento sustentável, com soluções que endereçam ou reduzem os impactos negativos das suas operações ao clima. Este monitoramento ocorre pela elaboração, divulgação e assecuração por peritos, de seus inventários de emissões de GEE, que engloba os escopos 1, 2 e 3. O reporte é continuamente aprimorado para monitorar e gerenciar as emissões e adotar medidas mais adequadas. O Grupo possui meta pública de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030. A intensidade leva em consideração as emissões e receita líquida em milhões de reais das empresas do Grupo. A mensuração e monitoramento das emissões têm reporte trimestral ao Comitê de Sustentabilidade. O tema de mudanças climáticas faz parte dos pilares estratégicos de sustentabilidade do Grupo. **1.4 Reforma Tributária sobre consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O novo modelo tem como principais pilares a não cumulatividade plena, o amplo direito à apropriação de créditos, a tributação no destino e a ampliação da base de incidência, prevenindo a substituição gradual dos tributos atualmente incidentes sobre bens e serviços (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) por um sistema de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS"), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"), de competência compartilhada entre Estados e Municípios. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo ("IS"), de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos da lei complementar. A regulamentação inicial da reforma foi estabelecida pela Lei Complementar nº 214 de 2025, que dispõe sobre aspectos gerais de incidência, apuração e credenciamento da CBS e do IBS, bem como pela Lei Complementar nº 227, publicada em janeiro de 2026, que regulamentou a estrutura e o funcionamento do Comitê Gestor do IBS. A implementação do novo sistema ocorrerá de forma gradual. A partir de 1º de janeiro de 2026, a CBS e o IBS passarão a ser destacados de forma meramente informativa nos documentos fiscais, com alíquotas de teste de 0,9% para a CBS e 0,1% para o IBS, sem efeitos financeiros para os contribuintes. A substituição efetiva dos tributos atuais ocorrerá progressivamente entre 2027 e 2033, período em que o sistema tributário vigente e o novo modelo coexistirão. A Companhia, juntamente com suas controladas, atua em diversos segmentos, incluindo logística, transporte, mobilidade, comercialização de veículos, concessões público-privadas e infraestrutura, cujos modelos operacionais, cadeias de valor e regimes de incidência tributária apresentam características distintas. Em razão dessas especificidades, a implementação da CBS e do IBS poderá gerar efeitos diferenciados, a depender da regulamentação aplicável a cada atividade. Nesse contexto, o Grupo acompanha os desdobramentos legislativos e regulatórios relacionados à Reforma Tributária e vem realizando análises preliminares de cenários e de potenciais impactos futuros em suas operações, processos, sistemas e cadeia de suprimentos, com o apoio de assessores externos especializados. No entanto, considerando que ainda existem regulamentações pendentes, inclusive quanto à definição das alíquotas definitivas dos novos tributos, os efeitos econômicos e operacionais da Reforma somente poderão ser mensurados com maior precisão após a conclusão do processo regulatório. Diante do estágio atual de implementação da Reforma, as análises seguem em andamento e consideram, entre outros fatores, a evolução da regulamentação infralegal, as interpretações de cada segmento de atuação do Grupo, não havendo efeitos contábeis a reportar nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2025. A Administração continuará monitorando a evolução da legislação e da regulamentação aplicável, bem como os potenciais desdobramentos operacionais e financeiros da Reforma, avaliando oportunamente a necessidade de eventuais reconhecimentos ou divulgações adicionais.

2. BASES DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, CONTROLADORA E CONSOLIDADO

2.1 Declaração de conformidade com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações financeiras, controladora e consolidado foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras controladora e consolidado, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras, controladora e consolidado foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, conforme divulgado nas notas explicativas, quando aplicável. **2.2 Moeda funcional e conversão da moeda estrangeira:** a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras, controladora e consolidado, estão apresentadas em Real - R\$, que também é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, exceto pelas controladas fora do Brasil, mencionadas no item c) abaixo, cujas moedas funcionais são as moedas locais. b) **Transações e saldos:** As transações executadas em moedas diferentes das moedas funcionais (estrangeiras) são convertidas para as moedas funcionais da respectiva empresa, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados, e os respectivos ganhos e as perdas cambiais são contabilizados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. c) **Empresas controladas com moeda funcional diferente da Companhia:** As controladas que possuem moeda funcional diferente do Real - R\$ estão mencionadas a seguir e foram convertidas para o Real - R\$, moeda de apresentação, como segue: (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial

apresentado, são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço; (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais de câmbio. Todas as diferenças resultantes de taxas de câmbio são reconhecidas como um componente separado do patrimônio líquido, na conta "Outras variações patrimoniais reflexas de controladas". As moedas funcionais e respectivas taxas de câmbio em Reais - R\$ utilizadas para a conversão são as seguintes:

Controlada	Moeda	Taxa	31/12/2025
BMB México	Peso mexicano	Média	3,4341
	Peso mexicano	Fechamento	3,4341
Drive on Holidays	Euro	Média	6,4692
	Euro	Fechamento	6,3887
Fadel Paraguai	Guarani	Média	0,0007432
	Guarani	Fechamento	0,0008395
Fadel Africa	Rand Sul-africano	Média	0,3128
	Rand Sul-africano	Fechamento	0,3328
Fadel Ghana	Cedi Ganes	Média	0,4576
	Cedi Ganes	Fechamento	0,5291

2.3 Base de consolidação e combinação de negócios: a) **Combinação de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado quando incorridos. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, inclusive aqueles contingentes, na aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. As técnicas de avaliação para mensuração do valor justo dos ativos significativos adquiridos são:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Intangíveis	Método Relief-From-Royalty, método Multi-period Excess Earnings e Método Custo novo de reposição: o método Relief-From-Royalty considera os pagamentos descontados de royalties estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes ou marcas adquiridas. Método Multi-period Excess Earnings: o método Multi-period Excess Earnings considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios. Método Custo novo de reposição: este método derivada da abordagem de custo que considera o custo estimado para se construir, a preços correntes na data de avaliação, uma cópia exata, ou réplica do ativo sob avaliação, usando os mesmos materiais, normas de construção, design, layout e qualidade de mão de obra, e incorporando todas as deficiências do ativo-sujeito, super adequações e obsolescência.
Software	Adotada a metodologia para analisar as projeções da empresa com relação ao volume de serviços contratados/prestados pelo software que servirá de base para o cálculo por meio de royalties.
Acordos de distribuição (Intangível)	Os acordos de distribuição são direitos territoriais de exploração de venda de caminhões, máquinas e equipamentos (concessionárias de veículos, máquinas e equipamentos). São direitos com prazos de vigência indeterminados, e por isso não são amortizados, mas são anualmente testados para perda de seu valor recuperável ("impairment"). Sendo utilizado o método multi-period excess earnings, considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.
Marca	Método Relief from Royalties que captura as economias de royalties associadas a possuir as marcas, ao invés de obter licença para utilizá-la.
Acordos de não competição	O método with or without é uma abordagem utilizada para avaliar acordos de não competição. A estimativa do valor do ativo intangível é feita em função da análise de dois cenários: um com o acordo em vigor e outro hipotético sem o acordo de não competição, levando em consideração a livre competição entre as partes envolvidas.
Estoques	Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, considera os preços de mercado para itens semelhantes.
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda e numa margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender os ativos desmobilizados.
Ativo de indenização	A parte vendedora pode assumir uma obrigação contratual de indenização com a parte compradora, a adquirente deve reconhecer um ativo de indenização juntamente com o ativo ou passivo objeto da indenização, sendo ambos mensurados nas mesmas bases. Considerando as aquisições efetuadas no Grupo, todos os valores reconhecidos para os ativos de indenização estão atrelados aos passivos contingentes que são mensurados com base nas análises dos assessores externos e independentes da Companhia.
Passivo contingente	O valor justo das contingências e dos riscos não materializados identificados, de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, foram mensurados com base nas análises dos assessores externos e independentes da Companhia. O valor justo atribuído considera a estimativa dos assessores para tais contingências e riscos dentro dos prazos prescricionais aplicáveis.

Nos casos em que o Grupo adquire uma controlada com participação menor que 100%, mas possui opção de compra, e, concomitantemente, a contra parte possui opção de venda, simétricas com a participação societária remanescente após aquisição, o Grupo considera a aquisição de 100% das ações da controlada na data da combinação de negócios, com base no método de aquisição antecipada, e reconhece o passivo pela obrigação decorrente das opções de compra e venda das ações contra uma redução da participação de não controladores. As variações do valor justo das opções posteriores a data de aquisição são reconhecidas na demonstração do resultado. Em uma combinação de negócios, a legislação tributária permite a dedutibilidade do ágio e do valor justo do ativo líquido gerado na data de aquisição quando uma ação não substancial é tomada após a aquisição, por exemplo, a Companhia faz uma incorporação ou cisão dos negócios adquiridos e, portanto, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data de aquisição. Nesse sentido, quando a adquirente incorpora a adquirida, a amortização e depreciação dos ativos adquiridos são dedutíveis. b) **Combinação de negócios sob controle comum:** Combinações de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum são combinações de negócios nas quais as entidades ou negócios são controlados pela mesma parte, antes e após a combinação de negócios, e o seu controle não é transitório. A Companhia apresenta a combinação de negócios sob controle comum, aplicando o seu valor patrimonial nas demonstrações financeiras da entidade transferida, no momento do reconhecimento dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, controladora e consolidado, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e alterações são reconhecidas prospectivamente. Os julgamentos significativos realizados pela Administração durante a aplicação das políticas contábeis do Grupo e as informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas nas últimas demonstrações financeiras anuais da controladora e consolidado. **3.1 Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: (a) Consolidação e combinação de negócios - determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida; (b) Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto (títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras); o Grupo classifica os títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras como atividades operacionais devido à utilização desses recursos a curto prazo para liquidação de fornecedores e dívidas. Estes valores aplicados não têm a finalidade de investimentos de longo prazo e são utilizados constantemente no ciclo operacional das empresas do Grupo. **3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findo em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: (a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; (b) Imobilizado (definição do valor residual, da vida útil e taxa de depreciação); (c) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio; principais premissas em relação aos valores recuperáveis; (d) Perdas esperadas de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; (e) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; (f) Transações com pagamentos baseados em ações (probabilidade de exercício da opção); (g) Instrumentos financeiros derivativos - determinação dos valores justos; (h) Arrendamento: taxa incremental de financiamento e períodos de contrato; (i) Ativos intangíveis de vida útil definida - definição da vida útil.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"): • **Alterações ao IFRS® 9 e IFRS® 17: Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações: (a) Esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) Esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de comente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) Adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) Atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. • **Alterações ao IFRS® 9 e IFRS® 17: Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", como objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como *contracts referencing nature-dependent electricity*. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que depende de condições da natureza. As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente com contratos de *own use*, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. • **IFRS® 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação de Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados a demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. No que se refere a demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. **IFRS® 19: Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações:** Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladas que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS® 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para aplicação

continua →

-★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONTROLADORA E CONSOLIDADO DA JSP HOLDING S.A. Em 31 de dezembro de 2025 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

do IFRS® 19. • **Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11:** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se as seguintes normas: • IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro"; • IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7"; • IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"; • IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e • IAS 7 - "Demonstrações dos Fluxos de Caixa". Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • **Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária:** Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: • Sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou • Estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária. Não há outras normas IFRS®, IAS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios do Grupo que foram identificados com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos seus principais tomadores de decisão, descritos na nota explicativa 1. Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. As informações por segmento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão apresentadas a seguir:

	JSL	Movida	Vamos	CS Brasil	CS Infra	Automob	BBC	Ciclus Ambiental	Holding e demais	Eliminações (i)	Consolidado
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços, construção e venda	9.640.608	14.672.054	5.755.712	690.621	653.938	12.815.400	7.193	358.605	168.154	(1.129.218)	43.633.067
Custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos	(8.118.574)	(9.909.818)	(2.738.110)	(542.612)	(560.872)	(10.962.205)	(5.118)	(266.100)	(96.866)	975.181	(32.225.094)
Lucro Bruto	1.522.034	4.762.236	3.017.602	148.009	93.066	1.853.195	2.075	92.505	71.288	(154.037)	11.407.973
Despesas comerciais	(38.422)	(662.255)	(152.717)	(4.677)	(1.386)	(786.695)	(313)	(33)	(9.415)	49.478	(1.606.435)
Despesas administrativas	(455.277)	(621.429)	(187.483)	(43.477)	(68.405)	(792.827)	(71.660)	(32.297)	(94.104)	56.444	(2.310.515)
Provisão de perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(20.380)	(128.188)	(91.315)	(1.595)	—	(20.259)	(51.329)	—	—	1.189	(311.877)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	133.802	(94.203)	25.864	183.835	(37)	(41.753)	(13.297)	1.223	807.664	1.118	1.004.216
Resultado de equivalência patrimonial	—	(36)	(1)	(1.669)	12.560	—	—	—	40.051	(38.341)	12.564
Lucro (prejuízo) operacional antes das receitas e despesas	1.141.757	3.256.125	2.611.950	280.426	35.798	211.661	(134.524)	61.398	815.484	(84.149)	8.195.926
Receitas financeiras	—	—	—	—	—	—	—	—	2.130.155	—	2.130.155
Despesas financeiras	—	—	—	—	—	—	—	—	(10.055.756)	—	(10.055.756)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.141.757	3.256.125	2.611.950	280.426	35.798	211.661	(134.524)	61.398	815.484	(84.149)	8.195.926
Corrente	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(138.374)
Diferido	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	83.048
Lucro líquido das operações em continuidade	1.141.757	3.256.125	2.611.950	280.426	35.798	211.661	(134.524)	61.398	815.484	(84.149)	8.195.926
Resultado das operações descontinuadas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(2.609)
Lucro líquido do exercício	1.141.757	3.256.125	2.611.950	280.426	35.798	211.661	(134.524)	61.398	815.484	(84.149)	8.195.926
Ativos totais por segmento em 31/12/2025	12.133.203	34.910.958	22.964.580	2.509.340	2.407.610	8.518.376	2.442.241	320.596	15.361.309	(16.589.276)	84.978.937
Passivos totais por segmento em 31/12/2025	10.808.647	31.943.156	20.402.503	2.780.207	2.173.065	6.465.916	2.177.224	233.350	7.693.524	(7.227.214)	77.450.378
Depreciação e amortização em 31/12/2025	(817.277)	(2.430.030)	(1.039.528)	(43.639)	(26.065)	(214.202)	(5.796)	(63.610)	(20.797)	67.020	(4.593.924)

(i) Eliminações de transações efetuadas entre os segmentos.

	JSL	Movida	Vamos	CS Brasil	CS Infra	Automob	BBC	Ciclus Ambiental	Holding e demais	Eliminações(i)	Consolidado
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	9.056.258	13.481.270	4.699.312	593.514	917.528	12.240.032	9.260	694.545	250.301	(721.658)	41.220.362
(-) Custo de venda, locação e prestação de serviços	(7.503.287)	(9.465.402)	(1.693.944)	(503.390)	(843.578)	(10.571.072)	(6.029)	(471.984)	(141.758)	607.504	(30.592.940)
(=) Lucro bruto	1.552.971	4.015.868	3.005.368	90.124	73.950	1.668.960	3.231	222.561	108.543	(114.154)	10.627.422
Despesas comerciais	(47.357)	(619.817)	(107.557)	(5.664)	(1.167)	(747.021)	(555)	(1.818)	(10.592)	56.849	(1.484.699)
Despesas administrativas	(446.668)	(519.113)	(153.437)	(27.718)	(60.053)	(701.333)	(51.969)	(43.098)	(107.068)	38.414	(2.072.043)
(Provisão) reversão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(11.052)	(72.219)	(184.612)	2.225	—	(46.368)	(48.867)	—	—	—	(360.893)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	162.566	(184.644)	3.279	26.830	(73)	15.592	15.089	2.250	7.281	(7.472)	40.698
Resultado na equivalência patrimonial	—	(4)	—	62.605	5.329	(1)	—	—	(28.451)	(31.409)	8.069
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras	1.210.460	2.620.071	2.563.041	148.402	17.986	189.829	(83.071)	179.895	(30.287)	(57.772)	6.758.554
Receitas financeiras	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.662.769
Despesas financeiras	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(7.974.612)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.210.460	2.620.071	2.563.041	148.402	17.986	189.829	(83.071)	179.895	(30.287)	(57.772)	6.758.554
Impostos e contribuições sobre o lucro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(446.710)
Lucro líquido do exercício	1.210.460	2.620.071	2.563.041	148.402	17.986	189.829	(83.071)	179.895	(30.287)	(57.772)	6.758.554
Ativos totais por segmento em 31/12/2024	12.480.184	30.573.857	20.277.021	2.315.329	1.718.397	8.909.803	2.208.889	1.371.832	13.170.813	(8.140.554)	84.885.571
Passivos totais por segmento em 31/12/2024	10.709.822	28.081.365	17.834.648	2.833.169	1.535.667	6.607.221	1.938.660	1.154.346	10.342.046	(1.953.617)	79.083.327
Depreciação e amortização em 31/12/2024	(609.032)	(2.048.865)	(750.613)	(35.765)	(16.330)	(208.508)	(2.866)	(53.323)	(18.967)	11.308	(3.732.961)

(i) Eliminações de transações efetuadas entre os segmentos.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

34.1 Conflito entre Estados Unidos, Israel e Irã: A Companhia tem acompanhado atentamente os desdobramentos decorrentes do conflito militar envolvendo os Estados Unidos, Israel e Irã. Ainda que as empresas do grupo não mantenham relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores localizados na Ásia Ocidental ou na Ásia Central, a Administração entende que os principais impactos econômicos potenciais decorrem da elevação significativa no preço internacional do barril de petróleo. Esse movimento pode resultar em aumento nos preços dos combustíveis no mercado doméstico, pressionando a inflação e contribuindo para a manutenção das taxas de juros em patamar elevado, com reflexos diretos nas despesas financeiras das empresas do Grupo. Adicionalmente, a Administração acompanha de perto os possíveis efeitos da alta do diesel sobre seus custos operacionais, incluindo eventuais incrementos nos valores pagos a agregados e terceiros, bem como nos gastos com combustíveis e lubrificantes. Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, o Grupo segue monitorando o cenário e avaliando seus potenciais impactos. **34.2 Grupamento de ações - Simpar:** Em 23 de janeiro de 2026, a Simpar, comunicou ao mercado e seus acionistas a aprovação da proposta de grupamento de ações pelo Conselho de Administração na proporção de 2:1, sem modificação de seu capital social, bem como foi também convocada Assembleia Geral Extraordinária de acionistas para o dia 13 de fevereiro de 2026 para votação do tema. Em 13 de fevereiro de 2026, os acionistas aprovaram a alteração do Estatuto Social da Simpar. O capital social da Companhia permanece em R\$ 1.174.362 dividido em 436.520.566 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Foi também aprovada o aumento do limite de capital autorizado, passando de 300.000.000 (trezentos milhões) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal para 1.000.000.000 (um bilhão) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. **34.3 Captação de dívidas - Segmento Movida:** Em 5 de fevereiro de 2026, a Movida formalizou à CVM e ao mercado em geral sobre eventos ocorridos de 1º de janeiro de 2026 a 05 de fevereiro de 2026 relacionados à captação de diversas modalidades de crédito que totalizam R\$ 3.550.000. Dentre as modalidades de crédito estão: empréstimo com o *International Finance Corporation* e bancos internacionais no montante de R\$ 1.300.000, emissão de debêntures no montante de R\$ 1.150.000 e empréstimo e rolagem de dívidas no montante de R\$ 1.100.000. **34.4 Contrato de concessão para operação de terminal portuário - Segmento CS Infra:** Em 26 de fevereiro de 2026, a Companhia publicou Comunicado ao Mercado a informação que a comissão responsável pelo Leilão nº 01/2026-ANTAQ declarou vencedora a proposta controlada CS Infra S.A. par o arrendamento da área MCP01, localizada dentro do Porto Organizado de Santana, no estado do Amapá. A concessão terá duração de 25 anos, sendo destinada à movimentação e armazenagem de grãos sólidos vegetais. A remuneração da CS Infra decorrerá da cobrança direta aos usuários das atividades portuárias, conforme estipulado pelo contrato de arrendamento. O investimento total previsto é de R\$ 138 milhões destinados à infraestrutura operacional e compra de novos equipamentos para expansão e modernização, como pavimentação, ampliação de pier e instalação de novo *shiploader*. O plano de investimento prevê média de R\$ 19,5 milhões por ano nos primeiros seis anos e média de R\$ 1 milhão por ano até o final do contrato. **34.5 Outorga de opção de compra de ações - Segmento JSL:** Em 5 de março de 2026, após a data-base das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, a SIMPAR celebrou com a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR um instrumento pelo qual outorgou à BNDESPAR uma opção de compra para aquisição de até 14.222.248 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da JSL S.A., que representam até 5% de seu capital social. O preço de exercício por ação corresponderá ao menor entre R\$ 7,89, ou 95% da cotação de fechamento da ação da JSL no pregão imediatamente anterior à data de exercício da opção. A opção

podrá ser exercida pela BNDESPAR em até 30 dias após a homologação do aumento de capital da SIMPAR, sendo que o exercício está condicionado à prévia homologação deste aumento de capital. **34.6 Aumento de capital privado:** Em 5 de março de 2026, a Simpar, a Vamos e a Movida, aprovaram um aumento de capital privado, os quais contarão com compromissos de investimento da BNDES Participações S.A. e da JSP Holding S.A., acionista controladora da Simpar. • O Aumento de Capital na Simpar terá o montante de, no mínimo, R\$ 1.400.000,00, e no máximo, R\$ 2.000.000,00, mediante a subscrição privada de, no mínimo, 124.555.161, e no máximo, 177.935.944 novas ações ordinárias, nominativas escriturais e sem valor nominal de emissão da SIMPAR, a serem integralizadas à vista, ao preço de emissão de R\$ 11,24 por cada ação. • O Aumento de Capital na Vamos terá o montante de, no mínimo, R\$ 400.000,00, e no máximo, R\$ 600.000,00, mediante a subscrição privada de, no mínimo, 103.896.104, e, no máximo, 155.844.156 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da VAMOS, a serem integralizadas à vista, ao preço de emissão de R\$ 3,85 por cada ação; e • O Aumento de Capital na Movida terá o montante de, no mínimo, R\$ 500.000,00, e no máximo, R\$ 750.000,00, mediante a subscrição privada de, no mínimo, 42.662.117, e, no máximo, 63.993.175 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da MOVIDA, a serem integralizadas à vista, ao preço de emissão de R\$ 11,72 por cada ação. A operação está em linha com o planejamento estratégico das Companhias e de execução das ações de longo prazo, com foco em eficiência, desenvolvimento sustentável e no aprimoramento das cadeias de logística, mobilidade e infraestrutura, impulsionando a inovação nesses setores e colaborando com a competitividade do país. **34.7 Cancelamento de ações em tesouraria:** Em 5 de março de 2026, o Conselho de Administração da Simpar, da JSL, Vamos e da Movida, aprovou o cancelamento de ações ordinárias de emissão das Companhias então mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social. • A JSL efetuou o cancelamento de 1.986.132 ações ordinárias. Em decorrência do cancelamento, o capital social da Companhia permanece em R\$ 942.781, passando a ser representado por 284.444.946 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. • A Vamos efetuou o cancelamento de 15.049.828 ações ordinárias. Em decorrência do cancelamento, o capital social da Companhia permanece em R\$ 1.012.950, passando a ser representado por 1.065.982.709 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. • A Simpar efetuou o cancelamento de 9.722.509 ações ordinárias. Em decorrência do cancelamento, o capital social da Companhia permanece em R\$ 1.174.362, passando a ser representado por 426.797.757 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. • A Movida efetuou o cancelamento de 9.765.700 ações ordinárias. Em decorrência do cancelamento, o capital social da Companhia permanece em R\$ 2.630.122, passando a ser representado por 338.165.766 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A alteração do artigo 5º do Estatuto Social, para refletir a nova quantidade de ações, será deliberada em assembleia geral de acionistas a ser convocada. **34.8 Contrato de concessão intrasocial - Segmento CS Infra:** Em 25 de março de 2026, a Companhia publicou Comunicado ao Mercado informação que a controlada CS Infra S.A. foi a vencedora das concorrências dos lotes Norte e Sul, para a construção, manutenção, conservação e operação de unidades de ensino localizados no estado do Paraná para atender 29.000 estudantes do ensino fundamental e médio. As contraprestações mensais fixas de R\$ 13.500 para o lote Norte e R\$ 15.400 para o lote Sul, englobam a prestação de serviços não pedagógicos como: higiene, limpeza, segurança, vigilância, manutenção e conservação, dentre outros. • A concessão do lote Norte tem duração de 20 anos e envolve a construção de 18 unidades de ensino distribuídas em 12 municípios com capacidade para 13.000 estudantes. • A concessão do lote Sul tem duração de 20 anos e envolve a construção de 22 unidades de ensino distribuídas em 19 municípios com capacidade para 16.000 estudantes. O plano de investimento será viabilizado 80% por financiamento e geração de caixa e 20% de recursos próprios.

DIRETORIA

Juliana Sa Vieira Baiardi - Diretora Presidente

CONTADOR

Marcel E. Barbosa - CRC 1SP 222832/O-3

EXTRATO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras completas, individuais e consolidadas da JSP Holding S.A. ("Companhia"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes>. O relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras, foi emitido em 8 de junho de 2026, sem modificações.

TRANSPARÊNCIA TRANSFORMA RESULTADOS EM VALOR

DEMONSTRE SEUS RESULTADOS ONDE
INVESTIDORES E DECISORES BUSCAM REFERÊNCIA.

ESTADÃO RI Publicação simultânea na plataforma
de relações com investidores.

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: publicidade.legal@estadao.com

